

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

AO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 09.196/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 039/2023

EXCELENTÍSSIMOS SR. PREGOEIRO MAYCO VIDEIRA SARTORIO E MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

Gigante Produtos Medicos Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.050.321/0001-17, com sede em Ribeirão Preto/SP na Rua Martins Pena, 63 - Campos Elíseos - CEP 14080-620, através de seu representante legal, vem mui respeitosamente apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO pelo seguinte:

DA RECONSIDERAÇÃO DO ATO

A Sumula 473 do Supremo Tribunal Federal definiu que: "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Em face ao determinado preliminarmente no certame, sendo incorretamente declarada vencedora a empresa SENSEVIEW Comércio Equipamentos Médicos Ltda, ofertando em sua proposta para o item 14 - Coluna Oftalmológica modelo STYLE - Marca APRAMED, sendo que NÃO atende 100% a descrição do edital, conforme comprovaremos a seguir.

Para o item 14 é exigido:
IMAGEM

Vejamos o que foi ofertado para o item 14 pela empresa SENSEVIEW Comércio Equipamentos Médicos Ltda:

IMAGEM

Verifica-se que na proposta apresentada o equipamento possui somente 1 bandeja, quando o edital deixa claro que a coluna DEVE possuir "Dois braços com bandejas de apoio (uma em aço e uma revestida em fórmica)", ressalta-se ainda que na proposta apresentada não há qualquer menção que a coluna possui Controle dos movimentos da cadeira, tomadas auxiliares, e "fonte eletrônica para alimentação do oftalmoscópio e retinoscópio com seletor de tensão ajustável de aproximadamente 2,5V a 6,0V".

Em rápida pesquisa ao site do fabricante APRAMED através do link https://www.apramed.com.br/v4/produtos_detalhes.php?id=186 é possível confirmar que a coluna modelo Style NÃO atende as exigências do edital, vejamos:

1º - Quanto a exigência das "02 (duas) bandejas" e Controle dos movimentos da cadeira

IMAGEM

Caso a empresa SENSEVIEW Comércio Equipamentos Médicos Ltda afirme que a coluna oftalmológica ofertada atende por completo o descritivo exigido para o item no edital, é possível consultar através do link o <https://consultas.anvisa.gov.br/#/saude/25351094217200978/?numeroRegistro=80497819002>

• Manual de Instruções - Coluna - STYLE.pdf

podendo comprovar que todos os apontamentos apresentados são verdadeiros, pois o modelo style possui somente 1 bandeja, não sendo disponibilizado nem como opção a segunda bandeja, e, não possui em seu painel de controle os movimentos de subida e descida da cadeira, ou seja, as características são inferiores as exigidas, não devendo ser mantida sua classificação. Vejamos:

IMAGEM

IMAGEM

2º - Quanto a exigência da "fonte eletrônica para alimentação do oftalmoscópio e retinoscópio com seletor de tensão ajustável de aproximadamente 2,5V a 6,0" e Tomadas auxiliares

De modo "estratégico", a empresa Senseview, omite em sua proposta a seleção de voltagem da sua fonte de alimentação para o oftalmoscópio e retinoscópio, e se possui tomadas auxiliares, pois o equipamento ofertado para o certame NÃO ATENDE a exigência de "ajustável aproximadamente 2,5V a 6,0V, já que ajusta-se apenas até 4,5Volts, e possui apenas 1 tomada extra, conforme descrito no próprio manual do equipamento (página 14), registrado junto a Anvisa, vejamos:

Ora, o próprio edital menciona que a coluna DEVE possuir seleção de 2,5V a 6,0V necessária para que se evite a queima de lâmpadas, e as tomadas auxiliares necessárias (com a palavra no plural entenda-se que deva possuir no mínimo duas tomadas) para permitir ligação e utilização de vários equipamentos na coluna, como refrator, projetor e etc., não há assim qualquer outro argumento plausível que justifique a oferta e o aceite da seleção de voltagem inferior e com apenas 1 tomada extra, que claramente demonstra o prejuízo na aquisição, comprovando que o equipamento possui características inferiores.

Salienta-se que o Edital é, na essência, a lei interna do procedimento, com o condão de vincular as partes, Poder Público e Licitantes, a todos os seus termos, fixando as condições de sua realização, para a ampla disputa, desta forma, necessário que este seja inquestionável, pois que a Administração não poderá exigir ou decidir além ou aquém de suas cláusulas, objetivando a participação isonômica de todos os interessados.

Assim, nos ensinam os estudiosos do Direito Administrativo:

"O edital é chamado de "lei interna do procedimento licitatório", pois tanto a Administração que o elaborou quanto os licitantes se subordinam integralmente aos seus termos. (...) No entanto, a Administração é submetida a freios e contrapesos no exercício de seu poder discricionário. O uso do poder discricionário significa que o administrador público pode escolher, face à conveniência, à oportunidade e à finalidade, a opção que lhe parecer mais vantajosa dentre as legalmente existentes. Assim, na elaboração do edital, inclusive para a realização de licitação na modalidade de pregão, que se caracteriza pela celeridade, a Administração Pública deve obediência aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência." (Tolosa Filho, Benedicto, Pregão – Uma Nova Modalidade de Licitação, Ed. Forense, p.47/48) (g. n.)

"... é o ato pelo qual a Administração Pública leva ao conhecimento público a abertura da concorrência ou tomada de preços, fixa condições de sua realização e convoca os interessados para a apresentação de suas propostas. Vincula inteiramente a Administração e os proponentes às suas cláusulas. Nada se pode exigir ou decidir além ou aquém do edital, porque é a lei interna da concorrência e da tomada de preços." (Meirelles, Hely Lopes, Licitação e contratos administrativos, São Paulo: RT, 1990, p.110)

A Lei 8666/93 coíbe a exigência de condições que prejudiquem a competição, conforme apontado no artigo 3º, parágrafo 1º, inciso I, e a manutenção do edital na forma em que se encontra viola flagrantemente o diploma legal da Lei Federal nº 8666/93.

Art. 3º ...

"§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências e distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;"(g.n)

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º, da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Grifo nosso).

Ressalta-se que tal disposição é corroborada pelo Disposto no art. 5º, do Decreto nº 10.024/2019:

Art. 2º. O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhe são correlatos.

Respeitosamente, não podemos concordar com a aceitação da proposta que comprovamos estar irregular com o instrumento convocatório (edital), pois este fato inviabiliza a concorrência entre os fornecedores que apresentaram proposta ofertando equipamentos devidamente compatíveis com o solicitado, o que acarreta o prejuízo ao erário, que PODE ATÉ ADQUIRIR EQUIPAMENTO COM PREÇO MAIS ACESSÍVEL, porém comprova-se que não atende as necessidades do órgão requisitante, já salienta o TCU: "Quem compra mal, compra mais de uma vez e pior, com dinheiro público".

DO PEDIDO

Face ao exposto, requeremos que seja julgado PROCEDENTE o recurso apresentado, sendo desclassificada para o item 14 a proposta da empresa SENSEVIEW Comércio Equipamentos Médicos Ltda uma vez que não ofertou equipamento que atenda às exigências do edital, conforme fatos acima citados e comprovados, atendendo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, todos previsto no artigo 37 da Constituição Federal da República, princípios estes que atendem ao interesse público.

Nestes termos, requer-se deferimento
De Ribeirão Preto/SP para

Nova Friburgo/RJ, 02 de maio de 2.023.

GIGANTE PRODUTOS MEDICOS LTDA
HENRIQUE FERREIRA VEZONO

Observação: O recurso possui imagens ilustrativas, devido a restrição do comprasnet que impossibilita a inclusão de imagens o documento será enviado via e-mail para melhor análise.

Fechar